

FMI discute protecionismo

Washington — A dívida externa, o protecionismo e os desequilíbrios entre os países industrializados serão novamente os grandes temas da assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, cujos trabalhos começam hoje em Washington.

Após um ano que superou as expectativas de crescimento econômico no mundo industrial, e sem dar muita importância à situação de estancamento por que atravessam os países em desenvolvimento, especialistas dos dois institutos reconheceram esta semana a inexistência de soluções a curto prazo.

Os informes anuais do BM e do FMI coincidiram em apontar a necessidade de manter, por um longo tempo, os programas de ajustes e reformas econômicas, além de apoia-los com financiamento adequado e uma maior abertura do comércio internacional.

O estudo ressalta a prioridade que o organismo dará nos próximos oito dias à implementação do Plano Brady para a redução da dívida do Terceiro Mundo, o aumento dos recursos do FMI, os obstáculos que freiam os trabalhos da rodada Uruguai do Gatt e a pouca influência do fundo sobre as políticas das Nações Unidas.

A iniciativa lançada pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, para reduzir o saldo e a carga de serviço da dívida das 39 nações mais endividadas, começou

a tomar corpo em junho passado com os casos do México e Filipinas.

Esses exemplos despertaram grandes expectativas mas serviram também para destacar a insuficiência do apoio financeiro oficial e as diferenças de critério entre os institutos governamentais e os bancos privados internacionais.

Advertência

O México negociou uma redução de 35% sobre sua dívida bancária de US\$ 53 bilhões, em troca de garantias para seus pagamentos futuros com um fundo de US\$ 7 bilhões que reuniu com recursos próprios e aportes do FMI/BM (3,4 bilhões) e do Eximbank do Japão (2 bilhões).

O Instituto de Finanças Internacionais (IFI), que representa os bancos privados, advertiu, no entanto, que os US\$ 7 bilhões são reduzidos a um montante irrisório quando utilizados para cobrir a magnitude de uma dívida como a mexicana, e preveniu que muitos bancos podem ainda retroceder ante o acordo assinado inicialmente com o comitê de gestão.

O IFI também criticou abertamente o FMI por ter estimulado — a seu ver excessivamente — as expectativas de países como a Venezuela, que na opinião dos bancos “não necessitam reduzir suas dívidas”, e por ter mudado sua política de retenção de empréstimos aos governos que atrasarem seus pagamentos aos bancos.